

# ALTERIDADE E ALTERIZAÇÕES NA ESCUTA PSICANALÍTICA DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS

ALTERITY AND ALTERIZATIONS IN PSYCHOANALYTIC LISTENING OF SEXUAL DISSIDENCES

Carolina Neumann de Barros Falcão<sup>1</sup>

**Resumo:** Problematizar o tema da alteridade nas diversidades de gênero diz respeito a questionar a escuta psicanalítica em seu alcance e, sobretudo, em seus limites. Nesta direção, pode-se pensar uma psicanálise implicada politicamente, desconstruindo cânones e fazendo trabalhar a teoria e a escuta de forma a constituir uma clínica psicanalítica pós-patriarcal, pós-heteronormativa e pós-colonial. Nesta reflexão, propõe-se a articular a temática da alteridade nos grupos minoritários e, mais especificamente, nas dissidências sexuais, por meio da ideia do analista estrangeiro e suas condições de escuta. Para tanto, trabalha-se o lugar do gênero e do sexual na psicanálise, além da necessária articulação do intrapsíquico com a produção de subjetividade, permitindo romper com a ideia de que a psicanálise trabalha com um inconsciente atemporal, amoral e a-histórico. De fato, não há elemento psíquico que não seja atravessado por determinações sócio-históricas e por dispositivos discursivos. Neste cenário, cabe o questionamento crítico acerca das normas e dos dispositivos discursivos que regulam nossa forma de compreender e interpretar o mundo psíquico e seus fenômenos, o que inclui as condições de escuta do psicanalista. Reflete-se, por fim, acerca do fenômeno da alterização na escuta psicanalítica e sua implicação política na psicanálise.

**Palavras-chave:** Dissidências sexuais. Gênero. Alterização. Escuta psicanalítica. Estrangeiro.

*Abstract: By problematizing the theme of alterity in gender diversities, one can question the conditions and the boundaries of psychoanalytic listening, in order to produce a psychoanalysis that is political, post-patriarchal, post-heteronormative and post-colonial. This paper purpose is a reflection about the alterity in minorities (specifically in sexual dissidences) through the idea of the analyst as a foreigner and their listening abilities. To do so, not only the concepts of gender and the sexuality are worked, but also the ones related to intrapsychic events and subjectivity. These concepts allow us to break the conception of the amoral, timeless and ahistorical unconscious as the object of psychoanalysis. In fact, there is no psychic element that is not affected by social and historical determinations, and normative discourses' effects. It is necessary to criticize the normative regulations that influences how we understand and interpret a phenomenon, which includes the psychoanalyst's listening conditions. Finally, this article reflects about alterization as a phenomenon that affects psychoanalysis.*

**Keywords:** Sexual dissidences. Gender. Alterization. Psychoanalytic listening. Foreign.

<sup>1</sup> Psicóloga (PUCRS).  
Psicanalista (SIG). Doutora  
em Psicologia (PUCRS).  
Professora Adjunta do Curso  
de Psicologia da PUCRS, Co-  
coordenadora do Laboratório  
de Sexualidade, Gênero e  
Psicanálise. E-mail:  
carolina.barrosfalcao@  
gmail.com

“A questão fundamental dos psicanalistas hoje não é apresentar respostas definitivas a questão das apresentações de sexualidades e gêneros, mas, sim, sustentar os interrogantes levantados e abrir novas questões. Tem-se dessa maneira uma multiplicidade de perguntas o que implica sair de uma posição confortável com respeito ao saber” (Fiorini, 2015)

Problematizar o tema da alteridade nas diversidades de gênero é, em essência, questionar a escuta psicanalítica em seu alcance e, sobretudo, em seus limites. Como ponto de partida, parece fundamental reconhecer a potência da escuta do sujeito de sexualidade e de inconsciente. Todavia, isto não significa deixar de apontar as iatrogenias que a teoria e, conseqüentemente, a escuta psicanalítica podem produzir.

Toda vez que tenho a oportunidade de falar acerca das dissidências sexuais, parto da premissa lançada por Facundo Blestcher (2018): não se trata do que a psicanálise tem a dizer sobre as dissidências sexuais, mas sim de o quanto as dissidências sexuais dizem – e eu incluo, tensionam – da/a psicanálise. Nesse sentido, quero delimitar do lugar de onde falo: o encontro com a temática das dissidências sexuais vem transformando o modo como penso a psicanálise e, conseqüentemente, o meu lugar como psicanalista na clínica, na universidade e na cidade.

Na esteira de grandes psicanalistas argentinos, desde Silvia Bleichmar, pode-se pensar uma psicanálise implicada politicamente, o que envolve desconstruir cânones psicanalíticos, fazer trabalhar a teoria e a escuta para chegar a uma clínica psicanalítica pós-patriarcal, pós-heteronormativa e pós-colonial. Isso significa pensar uma clínica que inclua as noções de gênero, classe, raça e etnia como elementos necessários a um processo de análise. Busco, aqui, articular esta necessidade de inclusão ao tema da alteridade e à ideia do analista como estrangeiro.

Apoio-me nos escritos da psicanalista argentina Débora Tajer (2020) para delimitar conceitualmente o que é esta clínica. Ela é 1) *pós-patriarcal* na medida em que se propõe a depurar quais conceitos psicanalíticos seguem válidos e quais permanecem atados e são, portanto, reprodutores de uma lógica patriarcal – isto é, reprodutores de modos históricos das relações entre os gêneros que pressupõem uma diferença hierárquica entre eles.

Também é 2) *pós-heteronormativa*, pois implica a ruptura com uma concepção binária da sexualidade, isto é, na compreensão de duas – e apenas duas – posições (mesmo que estas estejam descoladas dos corpos biológicos como na concepção freudiana dos destinos da sexualidade). Frente a isso, costuma-se resgatar a ideia do polimorfismo da sexualidade. Contudo, é preciso pontuar que cada vez mais Freud (1976) foi sustentando o ponto de partida como polimorfo que culmina nos pontos de chegada da masculinidade ou da feminilidade como desfechos esperados da psicosexualidade. Certamente, é possível que se pense “*não é ou*” porque masculino e feminino coexistem num sujeito; ainda assim, a lógica não deixa de ser binária e, portanto, marcada por uma premissa de complementaridade. Na esteira das proposições foucaultianas, a binariedade como norma produz a clandestinidade de existenciários que precisam ficar escondidos no armário, configurando um dispositivo biopolítico de regulação dos corpos e das sexualidades, determinando o que é legítimo e o que é abjeto.

Por fim, esta clínica é 3) *pós-colonial*, uma vez que se propõe à decolonização da própria psicanálise. Para tanto, é fundamental transformar a concepção de uma teoria psicanalítica composta de pressupostos universais (como se todos os sujeitos viessem da Europa burguesa) em uma psicanálise local, hiper-singular, em acordo com suas realidades próprias. É preciso, pois, abrir mão da premissa de olhar unicamente o intrapsíquico como se universal ele fosse.

O filme *Praça Paris* (Murat, 2016) trata do encontro psicoterápico entre uma psicóloga europeia – Camila – em mestrado na UERJ e a ascensorista da universidade, Glória, que vive numa comunidade carioca, administrada pela “polícia pacificadora”. Camila veio ao Rio de Janeiro estudar a temática da violência, além de resgatar a história da avó e o que ela, Camila, construiu a partir das fotos na Praça Paris. Ao escutar Glória, começa a se afetar pela história de violência de sua paciente. Certo dia, Glória é detida e agredida pelos policiais da UPP, que estão atrás de informações de seu irmão, um dos chefes do tráfico daquela comunidade. A terapeuta – impactada com a violência que não conhece – propõe que Glória denuncie os policiais e o ataque sofrido, ao que recebe como resposta: “*Tu não entende nada mesmo, né, doutora?*”. O que desejo destacar aqui é que Camila certamente não entende. E me parece que não entende pela falta do registro de experiências como essa. No filme, ela é literalmente estrangeira. É desse paradigma do reconhecimento dos registros que temos e, principalmente, dos que nos faltam completamente que quero propor que pensemos o tema da alteridade nas exclusões e, mais especificamente, nas dissidências sexuais, por meio da ideia do analista estrangeiro e suas condições de escuta.

Quando se pensam as articulações possíveis entre a psicanálise, o gênero e as dissidências sexuais, surge um primeiro problema: há lugar para a temática do gênero na psicanálise? E, se sim, que lugar é esse?

Parto de Silvia Bleichmar e de sua concepção de sujeito psíquico, via articulação de duas fundamentais dimensões: a da produção de subjetividade e da constituição psíquica (Bleichmar, 2010). A noção de constituição psíquica remete ao conceito de psiquismo, de aparelho psíquico. Logo, tem a ver com inconsciente e com a materialidade psíquica *stricto sensu* (Fuks, 2017), a qual obedece a leis e a processos que excedem a produção de subjetividade. São os construtos que nos permitem pensar o sujeito de inconsciente.

Contudo, Bleichmar (2013) faz um alerta! Diz ela:

Quando um momento histórico ou uma cultura põe em risco um enunciado, isso indica que aí há algo que estava falseado desde o começo, ou seja, algo não funcionava desde o início. Não é que os seres humanos tenham mudado, mas os enunciados têm um limite.

E isso vale, também, para os enunciados psicanalíticos acerca da constituição do psiquismo. Nesta perspectiva, é necessário submeter, conforme Bleichmar (2005), os paradigmas psicanalíticos de base a uma depuração, recuperando os núcleos mais fecundos e desprendendo-se das dominâncias ideológicas do século XX que tanto marcaram a psicanálise.

Já a produção de subjetividade é, para Bleichmar (2013), histórica, política e social. Alude, portanto, aos modos pelos quais os sistemas de representações estão instituídos para que os sujeitos possam se incluir na sociedade em que têm que viver. A produção de subjetividade está atravessada por uma teoria

do sujeito que não é a do sujeito de inconsciente, mas a do sujeito histórico. E as práticas sexuais estão atravessadas pelos modos de produção de subjetividade de cada época (Bleichmar, 2013).

E por que a psicanálise deve articular-se à dimensão histórica e política? Para Bleichmar (2013), este sujeito que é atravessado pelo inconsciente está articulado por uma lógica que permite a consciência de sua própria existência. O Eu se constitui a partir de uma matriz imaginária, mas tem uma dimensão instituída pela própria cultura (Fuks, 2017). Parece-me fundamental recuperar, em psicanálise, a importância do Eu, não como categoria adaptativa trabalhada por certas escolas pós-freudianas, mas como agente articulador e ligador das experiências psíquicas, que viabiliza satisfações, defesas e, principalmente, transformações pulsionais. Como sustenta Ayouch (2019), o argumento de que o inconsciente é atemporal e a-histórico não é suficiente para entender o sujeito. O que escuta um psicanalista?

Se no inconsciente não há registro de gênero, no Eu há. E como bem descreve Bleichmar (2013), as identificações de gênero se fundam sob a égide das identificações primárias. O Eu, que tem gênero, movimenta-se histórica e politicamente desde cedo, ao mesmo tempo em que se instaura o polimorfismo de uma sexualidade ampliada que nunca será redutível à genitalidade, enquanto os processos de sexuação são engendrados posteriormente, dando conta do atravessamento da diferença.

A psicanálise que se ocupa das dissidências sexuais tem colocado a trabalhar conjuntamente os conceitos de sexo, gênero e de sexual (que inclui a concepção de sexualidade ampliada e dos processos de sexuação), tal como o faz Laplanche:

O gênero é plural. É geralmente duplo, com o masculino e feminino, mas não o é por natureza. É muitas vezes plural, como na história das línguas e na evolução social. O sexo é dual. Ele o é pela reprodução sexuada e também por sua simbolização humana, que fixa e engessa a dualidade em presença/ausência, fálico/castrado. O sexual é múltiplo, polímorfo. Descoberta fundamental de Freud, ele fundamenta-se no recalque, no inconsciente, na fantasia. É o objeto da psicanálise (Laplanche, 2011, p. 155).

Tomar o sexual com objeto da psicanálise permite romper a ideia de que trabalhamos com este inconsciente atemporal, amoral, a-histórico. Ao escutarmos seus efeitos, necessariamente estamos no campo dos entrelaçamentos com a subjetivação. De fato, não há elemento que não seja atravessado por determinações sócio-históricas e por dispositivos discursivos. Os enunciados exógenos que estruturam o psiquismo ao serem metabolizados, as consequentes interpretações que o Eu é capaz de fazer, os ideais, a leitura humana acerca da natureza... todos estão atravessados por uma operação interpretativa que se dá a partir de uma perspectiva regulada por um sistema de normas, organizado pela cultura.

É justamente pelo inerente intrincamento entre o intrapsíquico e os processos de subjetivação que a categoria de gênero – assim como a de classe, raça e etnia – deve ser incluída no campo e no discurso psicanalítico, num modelo – tal como propõe Ayouch (2019) – de uma psicanálise que pode, pela hibridez com outras áreas e outras leituras, sair de uma posição que é capaz de ser fechada, datada, opressora e, até mesmo, alienada.

Assim, cabe o questionamento crítico acerca das normas e dos dispositivos discursivos que regulam nossa forma de ler, compreender e interpretar o mundo psíquico e seus fenômenos. Já sabemos, desde Freud, que a escuta de um psicanalista somente vai até onde o psiquismo desse psicanalista é capaz de ir. Tomando esta premissa como central e sustentadora do tripé, não seria fundamental incluir a crítica acerca das normas e das perspectivas alienantes nas quais também estamos inseridos?

A premissa da alteridade como central na escuta analítica tem justamente a ver com isso: a escuta psicanalítica somente é possível se ela não reduzir o outro ao mesmo e se ela não converter o estranho em familiar e, como destaca Ayouch (2019, p. 19), se ela não abafar o ininteligível do inconsciente com modelos de inteligibilidade historicamente situados.

Há tempos falamos que o analista é um estrangeiro. Há tempos nos posicionamos no não saber do outro, partindo da experiência de termos acessado o desconhecido de nós mesmos, nos nossos processos de análise. Mas como ser estrangeiro de um desconhecido que não obedece às lógicas e às perspectivas desde as quais alicerçamos a nossa própria subjetividade? Como podemos ouvir o ininteligível? Será que conseguimos escutá-lo ou o deformamos a partir de nossos modelos de inteligibilidade? Em *Praça Paris*, a estrangeiridade literal foi impeditiva.

Para Ayouch (2019), a relação da psicanálise com a contemporaneidade precisa ser problematizada. Questiona o autor acerca de o quanto podemos discernir formações discursivas do nosso tempo, enquanto participamos delas:

Efetivamente, nenhuma perspectiva pode ocupar uma posição de exterioridade, a-histórica, para escrever a história de seu próprio arquivo. Isso é provavelmente o desafio colocado para os/as analistas: eles/as ficam inscritos/as em modos históricos e geográficos de constituição da subjetividade, são sujeitos-efeitos do mesmo político do que os/as seus contemporâneos/as. Mas, ao mesmo tempo, eles/as procuram exercer uma prática clínica e teórica que pretende desconstruir esses modelos de subjetivação para revelar suas historicidade, sua determinação cultural e aquilo que, além dessa inscrição coletiva, constitui a singularidade de um sujeito particular (Ayouch, 2019, p. 22-23).

Nesta direção, reconhecer a própria contemporaneidade é realizar uma arqueologia de seu próprio discurso. Para Ayouch (2019), a saída da psicanálise de seu próprio discurso – isto é, do encarceramento a uma única verdade e do fechamento ao diferente – se dá pela abertura a novos discursos. A hibridização da psicanálise, a abertura de suas fronteiras a novos discursos permite a historicização da própria psicanálise e amplia as condições de escuta.

Linn da Quebrada nasceu Lino, foi Lara (a “*bizarra*” que fazia o que Lino não conseguia, sempre à noite, e que era – no máximo – um corpo para sexo no banheiro escuro, sem beijo na boca). De um longo processo de enfrentamento de um câncer, surge Linn da Quebrada, uma bixa-travesti. Este processo é retratado em *Bixa Travesty*, um documentário que conta a busca de Linn “por si mesma”. Diz Linn:

Eu digo da importância que o documentário teve pra mim, na minha própria investigação de mim mesma. De pensar, e no ato de nomear que eu sou, que é esse corpo, de pensar o feminino e o masculino nesse corpo, de

pensar que... que sou um pouco mulher, que eu não chego ao patamar de mulher, e nem ao patamar de homem. Eu sou a falha. Eu sou a falha desse sistema! É quase como se eu fosse realmente o que não deu certo. E me apropriar dessa falha, me assumir nessa falha, para então dar um nome a esse processo, que é Bixa Travesti.

E segue:

Entre o fundo do poço e a profundidade do posso, eu *soul*. Eu inventei a Linn da Quebrada para salvar minha vida. Eu sou uma travesti e eu evoco a mulheridade que existe na travestilidade: cara de mulher, corpo de mulher, jeito de mulher, bunda de mulher, peito de mulher, pau de mulher.

E como se escuta Linn da Quebrada? Uma travesti que sai da condição de invisibilidade dos abjetos, dos corpos que não merecem existir, e que sustenta que é político ser amada; é político ser feliz. Linn vive da música, do cinema, da televisão, da arte. Linn mostra para o mundo o que tanto o mundo propõe esconder: o ininteligível das possibilidades do sexual.

Ao fim de seu premiado documentário, ela se dirige a nós, que insistimos em dizer quem elas são. Nós que detemos a verdade sobre o sexo e sobre a sexualidade organizada pelo paradigma da diferença (que, para Freud é, em última instância, a diferença anatômica):

Nós que somos histéricas, né? Somos nós que somos loucas, mas é claro... se não nos dão ou nos dão o mínimo possível pra nos mantermos vivas... nos dão o mínimo ou quase nenhum afeto... daí dizem que nós temos um transtorno de identidade de gênero... mas nós não vamos dar esse gostinho a vocês, porque eu não sou louca... Posso estar louca, mas serei eu o meu próprio transtornar. Eu vou continuar me transtornando, me movimentando e me tornando tantas outras que já serei o transtorno para as suas teses. Eu serei o transtorno aos termos que vocês criaram... porque, desculpa, continuamos em obras. Vou continuar em obras por muito tempo e o transtorno será todo de vocês. Com todo o prazer.

Ayouch (2019) convoca-nos a refletir sobre o fenômeno da *alterização*: processo de exclusão e segregação do outro, que é visto como inferior e ameaçador. Linn da Quebrada pergunta em sua música: "Estou tentando, procurando entender... o que é que tem em mim que tanto incomoda você?"

Esses outros alterizados formam um grupo apenas devido à exclusão da qual padecem, que os uniformiza, atribui-lhes os mesmos traços negativos, e define, indiretamente, a identidade do grupo majoritário. O grupo alterizado, portanto, não surge de uma comunidade identitária, mas da discriminação que naturaliza uma categoria e confere-lhe uma identidade hegemônica diferente (Ayouch, 2019, p. 18).

Estamos produzindo alterizações nas – e desde as – salas de análise? Minha hipótese é a de que sim e, por isso, as dissidências estão à margem da psicanálise que insiste em ensurdecer-se muitas vezes. Uma escuta que acaba por deformar o discurso ao invés de transformar-se a partir dele.

Débora Tajer (2020), resgatando a importância dos pressupostos de Bleichmar para pensar a clínica pós-patriarcal, pós-heteronormativa e pós-colonial no que diz respeito às dissidências sexuais, aponta a preocupação daquela psicanalista, tanto em sua obra quanto em sua prática clínica, ou ainda como cidadã, com sua responsabilidade subjetiva frente à vulnerabilidade das desigualdades produzidas pelas assimetrias de poder. Somente haverá um verdadeiro campo de trabalho analítico, quando há traumatismo pelas desigualdades, pela exclusão e pela invisibilidade, se – primeiro – o analista puder ser testemunha, reconhecendo e sustentando o vivido. Desse espaço de hospitalidade e cuidado surgirá o momento de trabalhar a responsabilidade subjetiva com o vivido, o que – obviamente – não significa retraumatizar, mas sim escutar e trabalhar para criar vias colaterais, de enfrentamento e transformação. Parece, de fato, que mais importante do que ser estrangeiro é poder ser testemunha.

Termino esta reflexão com Ayouch (2019), numa problematização cada vez mais fundamental:

Compreender as sexualidades e as sexuações atuais, as reivindicações culturais ou a denúncia das implicações coloniais de certos dispositivos, como parte de um “gosto do dia”, oposto à eterna verdade do inconsciente, ou como efeito de uma militância política incongruente com os objetivos da psicanálise significa inscrever esta última, suas questões e sua teorização na esfera etérea da atemporalidade e da apolítica. Negar a historicidade das formações discursivas e sua inscrição política não deixa de ser uma opção política: uma que escolhe jogos de poder a favor da ordem e da conservação contra a mudança ou a criação renovada. Essa opção coloca o íntimo ou o privado, abordados pela psicanálise, fora da Pólis, e deixa, assim, de questionar as relações de poder que estruturam esse lugar (Ayouch, 2019, p. 21).

Nossas condições de escutar o outro precisam ser questionadas pelo dissidente à norma. Senão, seguiremos pensando que o que ainda está guardado no armário e o que permanece excluído das salas de análise não existe.

#### REFERÊNCIAS

- Ayouch, T. (2019). **Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações**. Curitiba: Caligraphie.
- Bleichmar, S. (2005). **Paradojas de la sexualidad masculina**. Buenos Aires: Paidós.
- Bleichmar, S. (2010). **Psicoanálisis extramuros: puesta a prueba frente a lo traumático**. Buenos Aires: Editorial Entreideas.
- Bleichmar, S. (2013). O que resta de nossas teorias sexuais infantis? **Revista Percurso**, 54. Recuperado de [http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo\\_view&ida=1167&ori=edicao&id\\_edicao=54](http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1167&ori=edicao&id_edicao=54). Palestra originalmente realizada em 2005.
- Blestcher, F. (2018). El psicoanálisis interpelada por las sexualidades disidentes: puntualizaciones para una clínica antipatriarcal y posheteronormativa. **SIG Revista de Psicanálise**, 5(2), 105-116.
- Fiorini, L. (2015). **La diferencia sexual em debate: Cuerpos, deseos y ficciones**. Buenos Aires: Lugar.
- Freud, S. (1976). **Esboço de psicanálise** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago.

Fuks, M. (2017). Psicopatologia psicanalítica, construção de subjetividade e neoliberalismo. **Instituto Sedes Sapientiae – Boletim Online, 41**, abr. 2017. Recuperado de [http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=b\\_visor&pub=41&ordem=3](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=b_visor&pub=41&ordem=3)

Laplanche, J. (2011). O gênero, o sexo e o sexual. In J. Laplanche. **Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano**. (pp. 155-189). Porto Alegre: Dublinense.

Mab, E. (Produtora), Priscilla, C., & Goifman, K. (Diretores). (2018). **Bixa Travesty** [Documentário]. Brasil: Paleotv, Canal Brasil, Válvula Produções.

Murat, M. (Diretora). (2016). **Praça Paris** [Filme]. Brasil, Portugal e Argentina: CEPA Audiovisual, Fado filmes, Rede Telecine, Taiga Filmes.

Tajer, D. (2020). **Psicoanálisis para todxs: por una clínica pospatriarcal, posheteronormativa y pós-colonial**. Buenos Aires: Topia Editorial.